



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Gleisson. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Joaquim Campos comentou sobre as matérias de capa da edição deste dia do jornal Diário do Pará. Em uma delas, o secretário de Segurança Pública do Estado, senhor Luiz Fernandes Rocha, diz que se sente seguro em Belém. Ironizou dizendo que somente ele e o governador Simão Jatene sentem-se seguros em nossa capital. Na matéria com maior destaque tem-se “Facções proíbem roubos na Grande Belém”. Avaliou que isto mostra o quanto o estado é fraco. Este é um decreto do crime organizado e não há instâncias: o julgamento é sumário e a execução da sentença é imediata. Dependendo do crime, o infrator pode ter a punição mais amena de levar um tiro em cada uma das mãos. Opinou que o sistema judiciário foi criado para manter o feudo em nosso país: os poderosos legislam em causa própria. Manifestou concordar em vários pontos com a esquerda, mas gostaria que houvesse uma esquerda que lutasse pelo país, pelo direito do cidadão. Infelizmente, julgou, temos uma esquerda com um projeto de poder, não de defender a nação. Assim, enquanto criminosos do colarinho branco têm tantas e tantas instâncias para evitar a cadeia, o mundo do crime decreta o que é segurança pública – deixando claro quem manda em um país em que o estado decrépito não consegue tirar os celulares de dentro do sistema penitenciário. De lá vem a voz de comando para execuções, sequestros e assaltos. Dentro dos presídios os criminosos acompanham a impunidade aqui fora. Rildo Pessoa agradeceu aos seus pares pela aprovação, no dia anterior, do projeto de lei, de sua autoria, que regulamenta a criação de cemitérios particulares para animais. Expressou que, se este projeto não fosse aprovado, daqui a alguns anos teríamos vários cemitérios clandestinos de animais em nossa cidade. Afirmou que em sua casa, como em muitos outros lares, os animais fazem parte da família. Há aqui a questão do respeito pelos animais e também um problema de ordem sanitária. Há animais que morrem de doenças infecciosas e, neste caso, a lei federal estabelece que sejam cremados. O empreendedor que quiser montar um cemitério de animais terá, com esta lei, segurança jurídica para fazê-lo. Disse ter certeza de que o prefeito Zenaldo Coutinho sancionará o projeto. Isto possibilitará àquelas pessoas que vivem em apartamentos dar uma destinação adequada aos corpos de seus animais de estimação. Disse não ficar preocupado com o fato de algumas pessoas criticarem a aprovação do projeto porque este beneficia a população e não gera despesas para o Município. Lembrou que carcaças de animais descartadas inadequadamente geram poluição e podem disseminar doenças caso este animal tenha morrido por infecções. Destacou que esta Casa, aprovando este projeto, age de forma proativa, antecipando-se e evitando que isto se torne um problema, lembrando que cada vez mais a população de animais domésticos cresce. Tratando da violência urbana, externou que todos com ela convivem – aqueles que moram em condomínios fechados e blindam seus carros tentam escapar dela, o cidadão comum que abraça seus bens quando viaja nos coletivos urbanos tenta proteger-se dela. Afirmou que este Poder não está omisso a respeito, tendo aqui sido aprovada a Lei Municipal nº 9209 que isenta do pagamento de diárias do pátio da SEMOB e do pagamento de guincho referentes aos veículos roubados e depois abandonados nas vias públicas de Belém. Em aparte, pronunciou-se o vereador Sargento Silvano. Não havendo mais vereadores inscritos, encerrou-se o Horário do Expediente e iniciou-se o Horário de Liderança. Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS, disse que, ao acordar hoje, lembrou uma frase de Martin Luther King – “I have a dream” - que significa “Eu tenho um sonho”. Seu sonho, expressou, é acabar com toda esta corja de ladrões que dilapidaram o país. Hoje, continuou, estamos nas mãos de onze brasileiros, os ministros do Supremo Tribunal Federal – STF que julgarão o *habeas corpus* do ex-presidente Lula. Expôs que acredita neste sonho e que a ação do STF – negando este recurso - será o primeiro passo para evitar que nosso país se

transforme em uma nova Venezuela. Parabenizou a postura do comandante do Exército Brasileiro – general Villas Boas – em suas declarações no Twitter no dia anterior, que alguns consideraram polêmicas. Manifestou que a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann, não tem moral para criticá-las como fez. Afirmou que a esquerda brasileira tem por objetivo impor ao país um estado caótico e deplorável, destruindo as famílias e prostituindo os jovens – ao destruir as famílias, destruirão o capital. Reportou-se ao governo venezuelano de Nicolás Maduro, dizendo que este destruiu o país. Maduro agora criou uma moeda digital lastreada no petróleo, que explora graças aos investimentos feitos pelo governo brasileiro naquele país. Neste, crianças e animais dividem a comida que conseguem nas ruas e a população é massacrada. Parabenizou novamente a postura do general Villas Boas ao mostrar que o Brasil tem uma proteção armada, acrescentando que, se for preciso for, teremos que usá-la. Findo este pronunciamento, o vereador Lulu das Comunidades solicitou que fosse feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao pastor Getúlio Marques Lopes, coordenador geral em Belém do evento Marcha para Jesus, falecido na manhã do dia anterior. Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB, explicou ter se atrasado para o início desta sessão por estar em audiência, às oito horas da manhã, com o secretário estadual de Segurança Pública, senhor Luiz Fernandes Rocha. Informou ter tratado de diversos assuntos importantes para o Município – reaparelhamento da Guarda Municipal, ações conjuntas entre estado e município no que tange à segurança pública na Grande Belém e outros. Notificou a plenária sobre a mobilização que existe dentro da própria corporação da Polícia Militar para que se retire do bairro de Canudos o Comando de Policiamento da Capital – CPC. Aditou que, após ouvir atentamente os moradores e lideranças comunitárias daquela localidade, pediu o apoio do deputado estadual Cássio Andrade. Este prontamente marcou a audiência com o secretário Luiz Fernandes e, na próxima quinta-feira, reunir-se-ão com o Comando da Polícia Militar para que, caso o CPC seja retirado do bairro de Canudos, ali funcione um batalhão da Polícia Militar. Assim os moradores daquela região, que abrange os bairros de Canudos, Marco, São Brás, Terra Firme e Guamá não perderão a proteção fornecida pela presença da PM. Destacou que o secretário Luiz Fernandes ao atendê-lo foi muito atencioso, tanto que a audiência durou mais de uma hora. Elogiou em seguida o trabalho desenvolvido pelo prefeito Zenaldo Coutinho com o programa Prefeitura nos Bairros, que hoje e nos próximos dois dias atuará no bairro da Pedreira. Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante, externou preocupação com a decisão que será tomada pelo STF hoje no julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Lula. Preocupou-se com a grande quantidade de assassinos, bandidos e pedófilos que ficarão livres da cadeia caso a decisão seja favorável a este. Comentou sobre o apoio dado pelos presidentes do PT, do PC do B e do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL – RJ) a Lula participando do evento em apoio a este no último dia 02 de abril, no Rio de Janeiro. Disse que tentam convencer a população de que o juiz Sérgio Moro é maquiavélico. Espera, entretanto, que os juizes do STF enxerguem, após todas as denúncias, que é necessário punir os culpados, não apenas Lula, mas todos aqueles envolvidos nos escândalos de corrupção neste país. Defendeu que outras lideranças políticas que pensem o mesmo se manifestem, pois há todo um aparato de proteção ao ex-presidente, o que torna preocupante o resultado deste julgamento. Externou ser a favor da prisão de Lula e da prisão em segunda instância e acha que a população tem que saber o posicionamento dos políticos: estes devem se posicionar claramente a respeito, não se esconder. Sargento Silvano repercutiu declaração do secretário estadual de Segurança Pública – em entrevista à TV Liberal - de que se sente seguro em Belém. Pediu então àqueles que se sentissem seguros em Belém que levantassem a mão, mas ninguém o fez. Opinou que seria bom se os deputados, vereadores e demais autoridades, quando se reunissem com o secretário Luiz Fernandes Rocha, falassem a verdade a este. Expressou, como cidadão, sentir-se triste com esta situação, tendo ouvido vários questionamentos a esta declaração vindos de pessoas de bem. Citou um destes comentários: peça então ao secretário que se desfaça de todo seu aparato de segurança, coloque um cordão de ouro, com seu celular ou *iPhone*, ande sozinho por um dos bairros de Belém e verá se não vai ser assaltado. Ironizou dizendo achar que o secretário vive no Fantástico Mundo de Bob. Avaliou que é lamentável: tirou-se do cargo de secretário estadual de Segurança Pública um general, que não disse ao que veio, e colocou-se outro que está ali apenas para dizer que o governador Simão Jatene é lindo e maravilhoso. Considerou que o secretário foi muito infeliz em sua declaração, pois até em seu bairro sabe que é complicado andar a pé, manifestando que não se trata de política, mas da realidade. Expôs que gostaria que a população também tivesse o aparato de segurança que o secretário tem. Disse que quer um mundo melhor e gostaria de subir à tribuna para falar de coisas boas, elogiar o governo e elogiar os secretários de estado, mas não pode “fazer capa” dizendo que está tudo bem, tudo ótimo, quando não está, porque as pessoas estão morrendo. Marinor Brito, pela liderança do PSOL, explanou sobre as características do fascismo: nacionalismo exacerbado e autoritarismo, sendo um movimento político, econômico e social. Opinou que estas estão claramente evidenciadas no comportamento do secretário estadual de segurança pública, senhor Luiz Fernandes. Este é o dono da verdade e mente descaradamente para a população. Denunciou que este secretário e o governador Simão Jatene fazem parte de um grupo de lideranças espalhado pelo país que fazem um movimento no sentido de tentar assegurar o controle do poder. Isto não é feito através da democracia, mas a partir de um autoritarismo exacerbado. Pontuou estar cursando Direito e esforça-se por entender

o que pensaram os legisladores que fizeram a Constituição de 1988. Esta restabeleceu o estado democrático de direito, garantiu a dignidade da pessoa humana, o direito à segurança, à liberdade e à justiça e é considerada no Brasil e no mundo uma constituição cidadã. Não pode ser rasgada sem que exista uma nova carta constitucional, um novo movimento. Considerou que o general Villas Boas deveria colocar-se em uma posição de preservação da Constituição, que ele jurou defender quando assumiu o cargo de comandante do Exército Brasileiro. Não tem o direito de usar a função institucional que ocupa para incitar a violência. Repudiou então a atitude do general, contrapondo que este deveria pacificar as relações sociais, garantir a segurança no país e o respeito às diferenças existentes, e não agir como um fascista, colocando-se como o dono da verdade. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente. Findo este prazo, fez-se nova verificação de presença. Permanecendo a falta de quórum, o presidente Gleisson encerrou a sessão às dez horas e cinco minutos. Estavam licenciados os vereadores Fernando Carneiro, Fabrício Gama e Simone Kahwage. Justificaram suas ausências os vereadores Amaury da APPD e Víctor Dias. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco PSDC – Avante; Biéco, pelo bloco PMN – PEN – Solidariedade – PR; Gustavo Sefer, Lulu das Comunidades e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Igor Normando e Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS; Gleisson, Igor Andrade, Nehemias Valentim, Moa Moraes e Paulo Bengtson, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino e Dinely, pelo bloco PSC – PPS; Henrique Soares, pelo bloco PDT – PSL; Marinor Brito, pelo PSOL; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 04 de abril de 2018.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário